SEGREGAÇÃO E FAVELIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

Marcel Fantin[1], Renato da C. Oliveira[2], Veriano T. Miura[3], Horácio Morita[4]

1 – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento – IPD, Universidade do Vale do Paraíba. Rua Lagoa Santa, 521, Ch. Reunidas, 12238-340, São José dos Campos, SP
2, 3, 4 – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento – IPD, Universidade do Vale do Paraíba. Av. Shishima Hifumi, 2911 Urbanova, 12244-000, São José dos Campos, SP

Palavras-chave: Segregação, Favelização, Evolução.
Área do Conhecimento: VI - Ciências Sociais Aplicadas

INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1940, a população urbana era de 26,3% do total. Em 2000 ela é de 81,2%. Assim, em 1940 a população que residia nas cidades era de 18,8 milhões de habitantes e em 2000 ela é de aproximadamente 138 milhões. Ou seja, em sessenta anos as cidades tiveram que crescer para poder abrigar mais de 125 milhões de pessoas.

Este fator, associado a concentração de renda, descaso do poder público e injustiça social, originou um desenfreado processo de urbanização verificado no Brasil a partir da década de 1950, originando cidades caóticas, com sérios problemas sócioeconômicos que culminou em processos de favelização, além de outros problemas, como a ausência de saneamento básico, escolas, transporte coletivo, violência, desemprego, degradação ambiental, entre outros.

O Ilustre Professor Flávio Villaça, em sua obra "O que todo cidadão precisa saber sobre habitação (1986)", afirma, com precisão, que "cada vez mais, nossas cidades podem ser subdivididas da seguinte forma: de um lado, a cidade dos que comandam e participam da sociedade, e de outro a cidade dos comandados, dos marginalizados, dos que estão de fora".

Desta forma, observa-se cada vez mais a importância da questão localização dentro do sítio urbano, onde uma parcela pequena da população tem acesso as benesses urbanas dentro de uma "cidade legal" e uma outra parcela da população tem acesso de maneira precária ou não tem acesso aos serviços e aparelhos públicos de uma cidade, localizando-se dentro de uma "cidade ilegal".

A divulgação do Censo IBGE de 2000, demonstram que entre 1991 e 2000 o número de favelas teria aumentado 22% em todo o Brasil, atingindo um total de 3.905 núcleos. Segundo o mesmo levantamento, o município de São Paulo, que apresentava em 1991 585 favelas, passa a apresentar 612 em 2000.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos estão baseados nos conceitos doutrinários da Produção Social do Espaço Urbano e do Materialismo Histórico aplicados ao desenvolvimento urbano e favelização.

Primeiramente, para elaboração do projeto foi delimitado um perímetro de trabalho que abarca os períodos históricos da favelização e a área do município de São José dos Campos.

Nesse sentido, analisou-se a formação das favelas, suas características e a segregação urbana involuntária.

Após, foi realizada uma Revisão Bibliográfica que compreende as fases de pesquisa, transcrição, descrição e classificação das informações textuais.

Nessa esteira, realizou-se o levantamento das favelas existentes, e suas inter-relações com o ambiente urbano municipal.

Assim, foi possível efetuar a integração da revisão bibliográfica, área de estudo e levantamentos.

As informações completas do trabalho foram registradas através de mapas, fotos, relatórios e fichas padronizadas.

A análise permitiu verificar a segregação urbana no município em relação a favelização.

HISTÓRICO DA FAVELIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Os primeiros núcleos de favelas surgiram em São José dos Campos há cerca de 70 anos, na década de 1930. A primeira favela a surgir na cidade foi a do Banhado, em 1931. Hoje em dia, esse núcleo localizado na área central da cidade, é conhecido como Jardim Esperança.

Em seguida, em 1932, surgiu a favela da Linha Velha, atualmente conhecida como Santa Cruz, também localizada no centro da cidade.

Além do crescimento destes núcleos outros foram surgindo em várias partes da cidade, pois o Município de São José dos Campos, conhecido por seu moderno parque industrial e por seus importantes institutos de pesquisa - CTA, INPE, ITA – cresceu de forma desordenada, principalmente a partir da década de 1970. Com isso, apesar das riquezas geradas em seu território, é marcante a desigualdade verificada na distribuição dos diversos equipamentos coletivos, caracterizada pela segregação residencial e pela exclusão social.

Primeira cidade do Estado de São Paulo em arrecadação de ICMS, só perdendo para a Capital Paulista, e sendo há cinco anos líder na atração de investimentos no interior do Estado, período no qual recebeu investimentos diretos da ordem de US$ 11.2 bilhões, São José dos Campos, como outras cidades brasileiras de seu porte, é constituídas de duas cidades: a “cidade legal” e a “cidade ilegal”. Nesta última, a falta de moradias é um dos principais problemas.

Assim, em 2000 foram registrados vinte três núcleos de favelas no Municipio. São eles: Nova Detroit, Parque Interlagos, Santa Cruz I, Santa Cruz II, Santa Cruz III, Vila Esperança, Nova Tatetuba, Rio Comprido, Vila Campos, Vila Isabel, Boa Esperança, Nova Esperança, Vila Guarani, São Sebastião, Jardim Mesquita, Salinas, Jardim das Indústrias, Chácara Reunidas, São Vicente, Satélite, Jardim Ismênia, Recanto Verde, e Vila Olímpia.

CONCEITO DE SEGREGAÇÃO URBANA

Segundo Villaça (1991), a segregação é um processo dialético em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros. O autor destaca como o mais conhecido padrão de segregação urbana o do centro *versus* periferia. O primeiro dotado de serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e distante, é ocupada predominantemente pelos excluídos.

Para Santos (1981), existem duas ou diversas cidades dentro da cidade. Este fenômeno é o resultado da oposição entre níveis de vida e entre setores de atividade econômica, isto é, entre classes sociais. Assim, às diferentes paisagens urbanas correspondem classes sociais diferentes.

Castells (1983) entende como segregação urbana a tendência à organização do espaço em zonas de forte homegeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, tanto em termos de diferença, como também de hierarquia.

Para Corrêa (1989), os grupos sociais excluídos têm como possibilidades de moradia a favela e os cortiços localizados próximos ao centro da cidade, a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, via de regra também distantes do centro.

FAVELIZAÇÃO E SEGREGAÇÃO URBANA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Em São José dos Campos, a inexistência de uma política habitacional que acompanhasse o processo de urbanização do Município de São José dos Campos, aliado às altas taxas de crescimento demográfico e a perda do poder aquisitivo da população, contribuíram para o aumento da carência habitacional (PDDI, 1995).

Assim, nota-se em São José dos Campos, a mesma realidade presente em outras cidades do seu porte, ou seja, um crescimento desordenado e excludente, gerador de pobreza e injustiça social. Nesse sentido, o acesso democrático ao solo urbano e o direito pleno à cidade, e a tudo que ela pode oferecer a seus moradores, parece restrito aqueles que podem pagar por esse privilégio.

Desta forma, o espaço urbano joseense apresenta-se fragmentado e desigual, reflexo de um da condicionante social, um produto social, estando associada a uma enorme diferença nas condições de vida dos diversos grupos sociais da cidade, apresentando-se um conflito de classes que gera uma segregação social e espacial.

Apresenta-se neste Município um processo contínuo de produção do espaço, sendo que a elite se esforça para que o Estado produza os aparelhos públicos para ela. Nesse sentido, produz-se áreas de melhor acessibilidade, sendo o espaço produzido por modelo de produção e distribuição, onde quem produz segrega as pessoas de baixa renda no tecido espacial.

Como estamos em uma cidade com excessiva concentração de renda, gera-se muitos pobres e poucos ricos, desta forma existe uma tendência morfológica de segregação em setores.

Assim, a segregação não é uma questão de estado social e sim, basicamente uma questão de dominação econômica e política que usa a ideologia para consolidar a segregação.

Nesse sentido, observa-se no território joseense o posicionamento da elite em setores, passando esta a ganhar do ponto de vista econômico e na preservação dos valores imobiliários, como a troca da infra-estrutura, comércio, etc.

Em decorrência disto ocorre a produção do perto e do longe. Desta forma, podemos citar como exemplo o Bairro Urbanova, onde muitas pessoas com alto poder aquisitivo compram terrenos e produzem riqueza neste espaço.

Esta produção de maneira concentrada e alinhamento em uma direção, facilita o deslocamento do comércio e serviços que sempre acompanha a demanda e preserva os valores imobiliários.

Ainda, este crescimento setorial facilita a ação do Estado, que pode canalizar seus parcos recursos para investimentos nas áreas elitizadas.

O professor Flávio Villaça em sua obra *Espaço Intra - Urbano no Brasil,* afirma com propriedade que esta segregação por setores é necessária para a dominação das elites através do espaço para acumulação econômica.

Na medida em que existe a segregação voluntária, a involuntária é conseqüência, é uma relação dialética.

Abaixo Figuras 1 e 2, como exemplo de segregação voluntária(1) e involuntária(2):

Porém, não significa que tudo seja 100 % homogêneo, na medida em que a cidade não é homogênea e sim aleatória, em setores.

Desta feita, através da ideologia, que é a idéia da classe dominante absorvida pela classe dominada, a elite consegue morar concentradamente, levar para ela comércio e serviços, equipamentos, asfalto, enfim, toda a gama de infra-estruturas e ainda, fazer com que o zoneamento beneficie esta elite.

A ideologia criada é a "ideologia da cidade", que é a parte da cidade onde a elite mora, ao associar a cidade a elite, quem mora fora deste perímetro, mora fora da cidade e não é considerado.

Assim, podemos tomar o exemplo da Ilustre professora Maria de Lourdes Kurkdjian, que em aula ministrada em 21 de maio de 2003 afirmou: *"A ideologia foi utilizada para justificar o anel viário da avenida São João até o Centro da Cidade, pois todos acham que é um investimento louvável porque é coletivo e na verdade ele está beneficiando uma parte da cidade em detrimento da parcela mais carente do município. Ainda, podemos citar o projeto de ligação viária da Zona Leste com a rodovia dos Tamoios e Rodovia Presidente Dutra que não é implementada por não considerar esta parte da Zona Leste como cidade."*

Ermínia Maricato (2000) afirma que embora a produção do espaço urbano apresente uma aparente desordem, se dá dentro de uma ordem coerente com o modo de produção dominante. Ao espaço são adicionados infra-estrutura, sistema viário, equipamentos, que, juntamente com a existência ou falta de amenidades, compõem o valor da terra.

Concluindo, o progresso do Município de São José dos Campos apresenta-se para fornecer moradia digna, qualidade de vida e riqueza nas mãos de poucos e dialéticamente, más condições de moradia, degradação ambiental e miséria para muitos.

BIBLIOGRAFIA

SANTOS, M. *A urbanização brasileira.* 2 ed. São Paulo : Hucitec, 1994.

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

VILLAÇA, F. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global, 1986.

PEFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado*. São José dos Campos, 1994.

REZENDE, V. Planejamento urbano e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

Relatório Final dos Dados Sócio-econômicos do Município de São José dos Campos. Universidade do Vale do Paraíba e Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 2000.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 3 ed.. São Paulo: Ática, 1995.

MANOLESCU, F.M.K; MORAIS, P.R; KROM, V. *Relatório Final Sócio-Econômico do Município de São José dos Campos*. Revista Univap , São José dos Campos, SP- v. 9, no. 13, Agosto 2001.

MARICATO, E. *Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias.* In *A Cidade do PensamentoÚnico*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VILLAÇA, F. *O Que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre Habitação*. São Paulo: Global, 1986.

PEFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado*. São José dos Campos, 1994.

REZENDE, V. *Planejamento urbano e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

SANTOS, M. *Manual de geografia urbana*. São Paulo : Hucitec, 1981.

Serpa, M. J. J.; PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ÁREAS DE FAVELA EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP. . *EPG - Encontro de Pós Graduação da Univap. Anais, Outubro de 2002.*

BANCO DE DADOS da Pesquisa Instrumentação do Município de São José dos Campos, convênio da Fundação Valeparaibana de Ensino, mantenedora da UNIVAP e a Prefeitura Municipal de São José dos Campos, 1999/2000.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 3 ed.. São Paulo: Ática, 1995.

MANOLESCU, F.M.K; MORAIS, P.R; KROM, V. *Relatório Final Sócio-Econômico do Município de São José dos Campos*. Revista Univap , São José dos Campos, SP- v. 9, no. 13, Agosto 2001.

Freitas R. N.; *Favela e Programa de Desfavelização. EPG -Encontro de Pós Graduação da Univap. Anais, Outubro de 2002.*

Ab'Sáber A. N. ; Humanidades. Edusp, São Paulo, 1986 (p105-6).